



## Relatório INSP-2019-0097 BI-2019-0089

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 17/09/2019      **Hora:** 15h00      **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Cláudia MFG. Rosa

**Outros inspetores da IRA:** Paulo M. Pires

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A inspeção foi efetuada no âmbito da campanha de inspeções dirigida a operadores de gestão de resíduos.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** 100 Resíduos - Receção, Triagem e Reciclagem de Resíduos, Lda.      **NIPC/NIF:** 513423826

**Sede/morada:** Canada do Vale, Rua da Carreira de Tiro, N.º 13

**Código Postal:** 9900-403      **Freguesia:** Flamengos

**Concelho:** Horta      **Ilha:** Ilha do Faial

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** 100 Resíduos - Receção, Triagem e Reciclagem de Resíduos

**Endereço:** Canada do Vale, Rua da Carreira de Tiro, N.º 13

**Código Postal:** 9900-403      **Freguesia:** Flamengos

**Concelho:** Horta      **Ilha:** Ilha do Faial

<b>Atividade principal:</b>	Recolha de resíduos inertes	<b>CAE principal:</b>	38111
	Recolha de outros resíduos não perigosos		38112
<b>Outras atividades:</b>	Valorização de resíduos metálicos	<b>CAE secundários:</b>	38321
	Valorização de resíduos não metálicos		38322

**Período de funcionamento:** 8h00 – 12h00 e 13h00 – 17h00

**Licenciamento da atividade:** Alvará de Operador de gestão de Resíduos N.º 2/DRA/2011\_2.ª adenda, válido até 08/04/2021



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Coordenadas geográficas: Latitude: 38° 32' 40,31" N; Longitude: 28° 39' 45,51" W

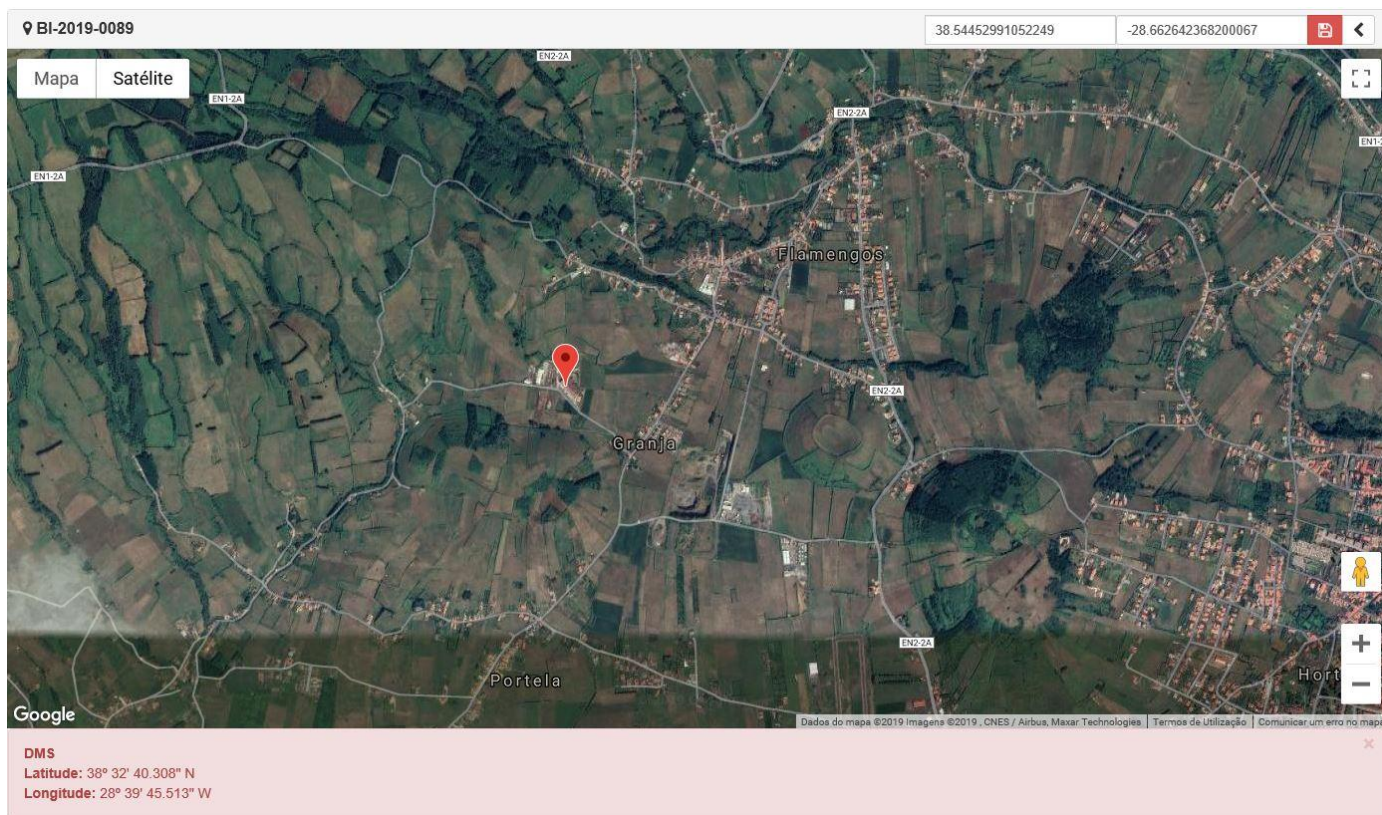


Figura 1: Localização do estabelecimento inspecionado (Fonte: GESTIRA).



Figura 2: Localização do estabelecimento inspecionado (Fonte: GESTIRA).



## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A 100 Resíduos - Receção, Triagem e Reciclagem de Resíduos, Lda.. é um operador de gestão de resíduos (OGR) que opera na ilha do Faial, utilizando para o efeito as instalações identificadas no ponto 1.3 do presente relatório.

O Alvará N.º 2/DRA/2011\_2.ª Adenda autoriza a 100 Resíduos, Lda. para as operações de gestão de resíduos, essencialmente resíduos de construção e demolição, nomeadamente:

**R5:** Reciclagem ou recuperação de outras matérias inorgânicas; **R11:** Utilização de resíduos obtidos em virtude das operações R1 a R10; **R12:** Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações R1 a R11; **R13:** Armazenamento de resíduos destinados a uma das operações R1 a R12; **D15:** Armazenagem antes da execução de uma das operações D1 a D14.

O estabelecimento inspecionado é constituído por um edifício de apoio administrativo e espaço exterior envolvente. O espaço exterior é constituído pela zona de receção e gestão de resíduos, zona de armazenagem de matérias primas/produto acabado e pela zona de armazenagem de resíduos.

## 3 – Água de consumo

### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

## 4 – Águas residuais

### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

#### 4.1.1 – São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte:

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	WC	Fossa séptica e poço absorvente	solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais			



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

#### 4.1.2 – Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

☐ Operador de gestão de resíduos; ☐ Valorização agrícola; ☐ Outro;

#### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos recebidos/geridos

#### 5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

Os resíduos admitidos são pesados na báscula e verificada a conformidade com a GAR e, posteriormente, são registados no SRIR.

#### 5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

(Fonte: SRIR – Sistema Regional de Informação sobre Resíduos)

Tipologia de resíduos recebidos	Código LER	Designação	Quantidade (Ton)	Operação	OBS.
<input type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	Não recebe. O alvará de OGR N.º 2/DRA/2011 não contempla resíduos perigosos		n.a.	n.a.	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	17 01 01	BETÃO	16,360	R13	
	17 02 01	MADEIRA	43,210	R13	
	17 09 04	MISTURAS DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO NÃO ABRANGIDAS EM 17 09 01, 17 09 02 E 17 09 03	110,934	R13	
	SUBTOTAL =		170,504		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Tipologia de resíduos recebidos	Código LER	Designação	Quantidade (Ton)	Operação	OBS.
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	Não recebe. O alvará de OGR N.º 2/DRA/2011 não contempla resíduos hospitalares		n.a.	n.a.	
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	20 01 38	MADEIRA NÃO ABRANGIDA EM 20 01 37	1,960	R13	
	20 02 02	TERRAS E PEDRAS	42,420	R13	
SUBTOTAL =			44,380		
TOTAL =			214,884		

### 5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
João Gabriel Raposo Braga	17 02 01 – MADEIRA = 0,88 ton.
Marques, S.A._Faial	17 01 01 – BETÃO = 4,5 ton; 17 02 01 – MADEIRA = 35,77 ton; 17 09 04 – MISTURAS DE RCD = 78,28 ton.
Martipereira – Marcenaria e Carpintaria, Lda.	17 02 01 – MADEIRA = 1,84 ton.
Mais 18 – Comércio e Industria de Materiais de Construção, Lda.	17 01 01 – BETÃO = 5,0 ton; 17 02 01 – MADEIRA = 4,72 ton; 17 09 04 – MISTURAS DE RCDs = 11,164 ton; 20 01 38 – MADEIRA = 1,9 ton; 20 02 02 – TERRAS E PEDRAS = 18,38 ton.
Construções Paulino Dias, Lda.	17 01 01 – BETÃO = 6,86 ton; 17 09 04 – MISTURAS DE RCD = 2,5 ton.
Brum Constrói – Construção Civil, Lda.	17 09 04 – MISTURAS DE RCDs = 18,99 ton; 20 02 02 – TERRAS E PEDRAS = 24,04 ton.

### 5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade	Destino
17 04 05	Ferro e aço		
	Resíduos resultantes da reparação e manutenção das máquinas afetas à instalação (óleos usados, filtros de óleo, ...)		
OBS:	A grande maioria dos resíduos recebidos na instalação são reciclados para reutilização em obras de construção civil, através da empresa MAIS 18" – Comércio e Indústria de Materiais de Construção, Lda. Não encaminharam o FERRO E AÇO (17 04 05) em 2018, tendo ficado armazenada na instalação 88 ton. desta tipologia de resíduos. Ficaram também armazenadas 22 ton. de BETÃO (17 01 01) e 100 ton. de MISTURA DE RCD (17 09 04). A reparação e manutenção das máquinas afetas à instalação é efetuada pelas empresas Mais 18 – Comércio e Industria de Materiais de Construção, Lda. e Jante 18 – Comércio e Reparação Automóvel, Lda., pelo que os resíduos originados são encaminhados por aquelas empresas.		

## 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

### 5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor.	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos.	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	O alvará de OGR não contempla resíduos perigosos.
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	O alvará de OGR não contempla resíduos hospitalares.
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Cumpridos os requisitos aplicáveis.
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Apenas foram avaliados os requisitos relativos às e-GAR analisadas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
<b>h)</b> Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
<b>i)</b> Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
<b>j)</b> Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
<b>k)</b> Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
<b>l)</b> Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
<b>m)</b> Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE).	DL 67/2014	Não aplicável	
<b>n)</b> Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores.	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
<b>o)</b> Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados.	Art.º 53.º, 57.º, 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
<b>p)</b> Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos.	Art.º 54.º e 53.º, DLR 29/2011/A; Reg.(CE) 1013/2006	Não aplicável	

**5.2.2** – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
<b>a)</b> Existência de estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento.	Art.º 36.º, alínea a), DLR 29/2011/A; Alínea a), n.º 3, Alvará OGR 2/DRA/2011_1.ª ADENDA	Cumprido	
<b>b)</b> Existência um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, designadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos dos responsáveis pela instalação.	Art.º 36.º, alínea b), DLR 29/2011/A; Alínea b), n.º 3, Alvará OGR 2/DRA/2011_1.ª ADENDA	Não cumprido	Não existe painel com identificação do operador de gestão de resíduos.
<b>c)</b> Implementado procedimento de controlo de resíduos admitidos na instalação, incluindo um sistema que permite quantificar e registar os resíduos geridos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos.	Art.º 36.º, alínea c), DLR 29/2011/A; Alíneas c) e h), n.º 3, Alvará 2/DRA/2011_1.ª ADENDA	Cumprido	
<b>d)</b> Disponibilizado um sistema de pesagem com báscula, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos.	Art.º 36.º alínea d), DLR 29/2011/A	Cumprido	
<b>e)</b> Delimitadas e identificadas as áreas de gestão por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores devidamente delimitadas e protegidas.	Art.º 36.º, alínea e), DLR 29/2011/A; Alínea e), n.º 3, Alvará OGR 2/DRA/2011_1.ª ADENDA	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
f) As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações estão delimitadas e identificadas.	Art.º 36.º, alínea f), DLR 29/2011/A; Alínea f), n.º 3, Alvará OGR 2/DRA/2011_1.ª ADENDA	Cumprido parcialmente	As áreas de armazenagem não estão devidamente identificadas.
g) Funcionamento de sistemas de recolha, drenagem e tratamento de efluentes e de derramamentos e, quando apropriado, decantadores e separadores de óleos e gorduras.	Art.º 36.º, alínea g), DLR 29/2011/A	Não aplicável	
h) Existem áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos.	Art.º 36.º, alínea h), DLR 29/2011/A; Alínea d), n.º 3, Alvará OGR 2/DRA/2011_1.ª ADENDA	Cumprido	
i) Todos os contentores e/ou áreas utilizados na armazenagem de resíduos têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER.	Art.º 33º, DLR 29/2011/A; Alínea g), n.º 3, Alvará OGR 2/DRA/2011_1.ª ADENDA	Cumprido parcialmente	Algumas área utilizadas para armazenagem de resíduos não estão devidamente identificadas .
j) O transporte rodoviário de resíduos cumpre com as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do DLR n.º 29/2011/A, de 16/11, e é acompanhado por GAR devidamente preenchida, se aplicável.	Art.º 59º e 60º, DLR 29/2011/A; Alínea i), n.º 3, Alvará OGR 2/DRA/2011_1.ª ADENDA	Cumprido	Apenas foram avaliados os requisitos relativos às e-GAR analisadas.



Figuras 3 e 4: Área de gestão de resíduos



Figura 5: Área de armazenagem de resíduos.



Figuras 6, 7 e 8: Áreas de armazenagem de matérias-primas/produtos acabados.



## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
DU - Utilizador final	Não foram identificadas substâncias perigosas no estabelecimento.

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte:

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação/tratamento
Não foram identificadas fontes de emissão de poluentes abrangidas pelo DLR 32/2012/A.			



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

### 7.2 – Utilização de gases fluorados

#### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	Não foram identificados equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa.	
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50		
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500		
TECO <sub>2</sub> ≥ 500		

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

#### 7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
	A atividade não tem enquadramento neste âmbito.		

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

#### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	Não foram identificados equipamentos contendo gases prejudiciais para a camada de ozono.	
3 ≤ Carga < 30		
30 ≤ Carga < 300		
Carga ≥ 300		



#### 7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
As habitações mais próximas distam cerca de 200 m do estabelecimento.	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	

## 9 – Regimes específicos

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidência/Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidência/Justificação
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

## 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2012/A	Não avaliado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não avaliado	

## 9.3 – Doença do legionário

### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não	
ii) Condensadores evaporativos	Não	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
v) Humidificadores	Não	
Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização		
b) pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não	
Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais		
d) ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não	

### 9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	



#### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

##### Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º, DL 147/2008	Não cumprido	Não foram apresentadas evidências da existência de garantia financeira válida e em vigor que assegure a responsabilidade ambiental inerente à atividade.

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

### 10.1 – Foram verificadas as seguintes infrações:

Infração	Enquadramento legal
a) Incumprimento da obrigação de instalação de um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde conste, designadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação.	Viola a alínea b) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental leve</u> prevista na alínea iii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000 em caso de negligência e de €6.000 a €36.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março; Viola também a alínea b) do n.º 3 do Alvará OGR 2/DRA/2011_1.º ADENDA, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental grave</u> prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de €36.000 a €216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
b) Incumprimento da obrigação de constituição de garantia financeira (através da subscrição de apólice de seguro, da obtenção de garantia bancária, da participação em fundos ambientais ou da constituição de fundos próprios reservados para o efeito) válida e em vigor que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade de operador de gestão de resíduos.	Viola o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29/07, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 13/2016, de 09/03, constituindo <u>contraordenação ambiental muito grave</u> prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €24.000 a €144.000 em caso de negligência e de €240.000 a €5.000.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.

### 10.2 – Foram ainda identificadas as seguintes irregularidades:

- c) As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações poderiam estar melhor delimitadas e identificadas.
- d) Nem todas as áreas utilizadas na armazenagem de resíduos têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER.



## 11 – Indicações e medidas adotadas

**11.1** – Notificação da empresa para regularização das infrações identificadas no ponto 10.1 do presente relatório. A notificação contém também recomendações relativas a uma melhor delimitação das áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações, bem como na identificação das áreas de armazenamento de resíduos, devendo ser respeitadas as tipologias dos resíduos identificados nas mesmas.

**11.2** – Dar conhecimento à Direção Regional do presente relatório.

Horta, 17 de outubro de 2019

A Inspetora Superior Principal

(Cláudia Maria Ferreira Garcia da Rosa)